



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO Nº 04/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: COMANDO GERAL DE APOIO

CÓDIGO SIAFI: 120130

SIGLA: COMGAP

PERÍODO DOS EXAMES DE AUDITORIA: 13 A 17 DE ABRIL DE 2015

DIRIGENTE MÁXIMO: TENENTE-BRIGADEIRO DO AR HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR

EXERCÍCIO: 2014

PORTARIA CENCIAR Nº 21/CENCIAR-1, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

PROCESSO Nº 67022.000396/2015-01

I – FINALIDADE DO RELATÓRIO

Informar os resultados alcançados na análise dos aspectos definidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do Anexo IV à Decisão Normativa nº 140, de 15 de outubro de 2014, de modo a avaliar a gestão do exercício de 2014, e compor o Processo de Contas da Unidade Jurisdicionada.

II – METODOLOGIA DOS EXAMES

Os exames foram realizados, “in loco”, por amostragem, na extensão julgada necessária sobre o Relatório de Gestão produzido pela Unidade Gestora. Foi realizada visita ao COMANDO-GERAL DE APOIO (COMGAP), tendo sido verificada a observância da legislação em vigor, a autenticidade e a consistência dos documentos apresentados. Por ocasião da visita de Auditoria, nenhuma restrição foi imposta à Equipe do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR).

III – RESULTADOS DOS EXAMES DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Em acordo com o que estabelece o Anexo IV da DN-TCU nº 140, de 15 de outubro de 2014, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

1. CONFORMIDADE DAS PEÇAS

A Unidade elaborou as peças a ela atribuída de acordo com as orientações normativas emitidas pelo TCU, especialmente com aderência à Instrução Normativa nº 63, de 1º setembro de 2010, Decisão Normativa nº 134, de 4 de dezembro de 2013, e a Portaria nº 90, de 16 de abril de 2014, e por esta Unidade de Controle Interno.

2. RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

Considerando que para uma correta avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão da UJ, existe a necessidade de se comparar o que foi executado com o que foi planejado, e que o planejamento da UJ se dá por meio dos seus objetivos estratégicos (setoriais) e metas preestabelecidas alinhadas a sua missão, visão, estratégia e competências legais.

De acordo com a Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica, estabelecida pela Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA) 11-1/2009, o planejamento estratégico da Aeronáutica é da competência do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), cujos objetivos estratégicos são por ele definidos e listados no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) que orienta o processo de priorização dos recursos orçamentários, definindo atribuições e responsabilidades.

O planejamento no nível estratégico é o processo de formulação de estratégias para aproveitar as oportunidades e neutralizar as ameaças ambientais utilizando os pontos fortes e eliminando os pontos fracos da organização para a consecução de sua missão. Integra as políticas, as estratégias, os objetivos, metas e projetos do COMAER. Nesse nível de competência do EMAER, são realizadas as atividades relacionadas com os estudos, análises e avaliações; com a formulação da Política, da Doutrina e da Estratégia; com a definição das diretrizes gerais; e com a elaboração da Missão da Aeronáutica, da Política Militar da Aeronáutica, da Estratégia Militar da Aeronáutica e do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica.

A Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica estabelece que os Órgãos de Direção Setorial (ODS) estão situados no nível tático e têm por finalidade definir os meios necessários à consecução dos Objetivos Estratégicos e Setoriais. Portanto, ao COMGAP, como ODS, cabe a elaboração de objetivos setoriais, os quais compõem o documento denominado Plano Setorial do Comando Geral de Apoio.

O planejamento no nível tático visa ao cumprimento dos objetivos e diretrizes estabelecidas no nível estratégico, bem como dos objetivos, projetos e atividades setoriais. É nesse nível que as estratégias são desdobradas, permitindo a execução das tarefas decorrentes, tanto dos projetos estratégicos quanto dos setoriais. Nessa camada, sob a responsabilidade dos Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODSA), são realizadas as atividades relacionadas com a elaboração dos Planos Setoriais.

O nível operacional, de responsabilidade das OM subordinadas aos ODSA, é focado na confecção dos programas de trabalho e na execução das tarefas referentes aos projetos e atividades constantes do PEMAER, dos Planos Setoriais e dos Programas de Trabalho decorrentes.

Nesse sentido, com vistas a efetuar a avaliação propriamente dita dos resultados alcançados e explicitar melhor a missão e a finalidade da UJ, faz-se necessário avaliar, primeiramente, os macroprocessos finalísticos do COMGAP, conforme o que segue:

AValiação com relação à definição dos macroprocessos finalísticos:

De acordo com seu Regulamento próprio – Regulamento de Organização do Comando da Aeronáutica (ROCA 20-2, de 29 nov. 2013) – o Comando-Geral de Apoio (COMGAP) é a Unidade do Comando da Aeronáutica responsável por planejar, gerenciar e controlar as atividades de Capacitação, Catalogação, apoio logístico de Material Aeronáutico, Material Bélico, Engenharia,

Transporte de Superfície, Contraintendência, Patrimônio, Despacho Aduaneiro, Transporte Logístico e Tecnologia da Informação, a fim de atingir os objetivos da Aeronáutica;

Considerando que os objetivos estratégicos extraídos do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), pelo COMGAP, afetos à área de Logística são:

I) contribuir para o fortalecimento e aprimoramento da capacidade operacional da Força Aérea Brasileira;

II) otimizar a gestão organizacional do COMAER; e

III) buscar o fortalecimento da indústria aeroespacial e de defesa brasileira.

O COMGAP traduziu as suas grandes funções nos seguintes macroprocessos finalísticos, conforme Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos:

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
APOIO LOGÍSTICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)	Atividades relativas à disponibilidade de sistemas de TI; apoio logístico a simuladores.	SILOMS SIGPES Simuladores	Comando da Aeronáutica	DTI
APOIO LOGÍSTICO DE ENGENHARIA	Gerenciamento das atividades do Sistema de Engenharia	Laudos, levantamentos topográficos, emprego da UCE em operações	Comando da Aeronáutica	DIRENG
APOIO LOGÍSTICO DE TRANSPORTE DE SUPERFÍCIE E CONTRAINTENDÊNCIA	Apoio às atividades do Transporte de Superfície e às atividades de contraintendência do COMAER	Distribuição de veículos, de combustíveis e lubrificantes, aquisição de viaturas e material de contraintendência	Comando da Aeronáutica	DIRENG
APOIO LOGÍSTICO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL AERONÁUTICO (SISMA)	Apoio e manutenção de aeronaves; aquisição de combustíveis e lubrificantes de aviação.	Manutenção de aeronaves, aquisição de materiais, aquisição de combustíveis	Comando da Aeronáutica	DIRMAB
APOIO LOGÍSTICO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL BÉLICO (SISMAB)	Apoio logístico de Material Bélico	Prover o material bélico necessário ao preparo e ao emprego da Força Aérea Brasileira	Comando da Aeronáutica	DIRMAB

Nesse contexto, observou-se que os macroprocessos finalísticos definidos pela UJ, estão diretamente relacionados à missão e às atribuições da Organização, bem como aos seus objetivos setoriais, atinentes ao objetivo estratégico do COMAER que visa contribuir para o fortalecimento e aprimoramento da capacidade operacional da Força Aérea Brasileira (FAB).

No entanto, verificou-se que:

a) o Macroprocesso de Apoio Logístico de Transporte de Superfície e Contraincêndio, deveria ser desmembrado em dois macroprocessos, por se tratarem de agrupamentos de processos necessários para a produção de ações e desempenho de atribuições distintas da organização;

b) alguns grandes conjuntos de atividades pelos quais a Organização cumpre sua missão, os quais estão diretamente relacionados à geração de produto, serviço para o cliente interno ou externo e ao objetivo estratégico: buscar o fortalecimento da indústria aeroespacial e de defesa brasileira, não possuem um macroprocesso definido. Sugere-se que seja estabelecido o macroprocesso abaixo:

Objetivos estratégicos do COMAER	Macroprocessos finalísticos	Objetivos setoriais
Buscar o fortalecimento da indústria aeroespacial e de defesa brasileira.	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL	Ampliar a participação da Base Industrial de Defesa nos Sistemas Logísticos do COMAER
		Promover e ampliar os processos de nacionalização como fator estratégico de suportabilidade logística das aeronaves e sistemas bélicos
		Consolidar a aplicação da política de “Offset” como fator de aprimoramento e capacitação da indústria nacional
		Promover a participação da Base Industrial de Defesa na terceirização da manutenção para as aeronaves e seus sistemas

AValiação com relação aos resultados da gestão:

O COMGAP, visando estabelecer os parâmetros de atuação das Organizações subordinadas, alinhado com o planejamento estratégico do Comando da Aeronáutica, emite o Plano Setorial, que reúne os objetivos a serem perseguidos a cada período de tempo, os quais vinculam-se às competências legais e normativas do COMGAP, bem como com os programas do Plano Plurianual.

Nesse sentido, visando à avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos do COMGAP, foram selecionadas as seguintes Ações, para as quais apresentamos as seguintes informações:

ACÃO 2048 - Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico

No Macroprocesso de Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Aeronáutico, em relação à Ação 2048 - Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico, os recursos recebidos foram utilizados dentro dos parâmetros planejados pela UJ, tendo como principais resultados a disponibilização de 244 aeronaves, correspondendo à 93,13% da meta reprogramada e a 81,33% da meta prevista na PLOA 2014; recuperação e manutenção das aeronaves F-5, aeronave responsável pela defesa do espaço aéreo.

ACÃO 2868 - Combustíveis e Lubrificantes de Aviação

Para a Ação 2868 - Combustíveis e Lubrificantes de Aviação, Macroprocesso de Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Aeronáutico, os recursos recebidos foram utilizados dentro dos parâmetros planejados pela UJ, tendo como principais resultados a aquisição e distribuição de 125.464 m³ de combustíveis de aviação, atendendo 151.310 horas de voo, que corresponde a 97,20% da meta estabelecida para o ano de 2014.

Cabe ressaltar que todos os recursos recebidos nas Ações orçamentárias sob a responsabilidade da UJ foram utilizados dentro dos parâmetros planejados, além disso, foram apresentados os resultados das ações de forma contextualizadas e a execução das ações foram condizentes.

Avaliação Geral da Equipe de Auditores:

Em relação ao planejamento da Unidade Jurisdicionada:

Verificou-se que o planejamento estratégico da UJ baseou-se nos objetivos estabelecidos pelo Comando da Aeronáutica, por meio do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica – PEMAER, atinentes à área logística, os quais, no nível tático de atuação dentro do COMAER, foram traduzidos pelo COMGAP, em objetivos setoriais a serem observados por toda a estrutura do Comando-Geral de Apoio.

Além disso, a UJ elaborou, no Relatório de Gestão, uma descrição sintética do plano estratégico do COMAER que orienta sua atuação, demonstrando, também, a vinculação dos objetivos setoriais do COMGAP, com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o Plano Plurianual – PPA, correlacionando, os principais objetivos estratégicos da UJ, com os identificados no âmbito do PPA e contextualizando, a atuação de suas Unidades Subordinadas em relação ao planejamento setorial do COMGAP.

Nesse contexto, cabe ressaltar que foram informadas as metas físicas e financeiras para cada ação orçamentária sob a responsabilidade da UJ, para o exercício de 2014, fato que facilitou a avaliação e o confronto das estratégias adotadas em relação ao alcance dos objetivos planejados.

Outro ponto extremamente relevante, o qual contribuiu, sobremaneira, para o alcance dos objetivos e metas planejadas pela UJ, foi a identificação pelo COMGAP dos principais riscos relacionados ao alcance dos objetivos estratégicos para 2014 e estabelecimento de estratégias de atuação para o exercício de referência. Nesse sentido, o COMGAP identificou os fatores críticos de sucesso e elaborou uma análise situacional baseada em uma matriz SWOT, levantando pontos

fortes, fracos, oportunidades e ameaças, estabelecendo estratégias para mitigação dos riscos identificados.

Em relação à programação orçamentária e financeira e resultados alcançados:

Quanto a programação e a execução orçamentária e financeira, constatou-se, com base nos informações constantes dos Quadros constantes do Relatório de Gestão: Ações de responsabilidade da UJ – OFSS, Ações/Subtítulos – OFSS e Ações não Previstas LOA 2014 – Restos a Pagar – OFSS, que a UJ executou os recursos orçamentários com eficiência, eficácia e efetividade, uma vez os resultados alcançados, conforme demonstrado nas análises críticas das Ações da Lei Orçamentária Anual do exercício, que estiveram na responsabilidade da Unidade Jurisdicionada e de suas Unidades subordinadas, mais diretamente afetas a seu desenvolvimento, os quais constam no Relatório de Gestão do COMGAP, foram representativos e coerentes com os objetivos planejados, tendo por parâmetros as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA.

Ainda em relação ao resultado da execução das Ações, a UJ apresentou informações consistentes sobre os fatores intervenientes que concorreram para o não atingimento e alcance, integral, dos resultados de objetivo e ou de ações de responsabilidade da UJ.

Verificou-se, também, que o COMGAP exerceu a governança sobre a execução das ações sob a sua responsabilidade, uma vez que ficou demonstrado que a UJ efetuou o acompanhamento contínuo dos resultados, por meio de indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional da UJ, incluindo análise comparativa dos índices previstos e observados relativamente ao exercício de referência do RG.

Principais dificuldades para realização dos objetivos e metas traçados informados pela UJ:

a) Os recursos orçamentários aprovados na LOA 2014, para a Ação 20SA, em 2014, foram aquém das necessidades apontadas pelos Gerentes de Projetos Estratégicos de TI, o que ocasionou a redução da capacidade de desenvolvimento dos módulos e o consequente atraso no cronograma desses projetos;

b) Somente 15% do valor previsto na Pré-Proposta Orçamentária 2014 da Ação 14TH PO 0001 Implantação de Sistemas Bélicos foi descentralizado;

c) Na execução do Macroprocesso de Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Bélico (Ação 20XA–PO 0004), houve descentralização de 21% do valor inserido na Pré-Proposta Orçamentária de 2014. Contudo, incluindo destaques e repasses da Ação 20XV, o patamar de atendimento das demandas em relação à PPO alcançou 27%. Considerando as já citadas dificuldades de processamento das despesas de material de defesa, atingiu-se 24% de execução/liquidação da LOA, sendo inscritos 76% de créditos como Restos a Pagar. Mais uma vez se ressaltam características do processo de produção, entrega e recebimento de materiais de defesa, deslocando o recebimento dos materiais/serviços para outros exercícios fiscais, fato que compromete a execução do Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Bélico, o qual impacta fortemente no Programa de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO) e a Reserva de Guerra (RG);

f) A Ação 20XA - PO 0004, Aprestamento da Aeronáutica, a Pré-Proposta Orçamentária, o valor disponibilizado na LOA correspondeu a 21% do valor planejado, comprometeu o Programa de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO) e a Reserva de Guerra (RG);

g) A Ação 14TH PO - 0001, Implantação de Sistemas Bélicos, o valor disponibilizado na LOA correspondeu a 15,83% do valor planejado, comprometeu o Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Bélico;

A despeito dos recursos aprovados na LOA serem inferiores às necessidades de recurso da UJ, bem como dos cortes e contingenciamentos do exercício, os sistemas em execução foram mantidos dentro das possibilidades e não houve prejuízo quanto aos resultados qualitativos da gestão; apesar de haver prejuízo quanto à diminuição dos estoques de segurança, no que se refere aos macroprocessos referentes ao Apoio Logísticos de Suprimentos Manutenção de Material Aeronáutico (SISMA) e Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Bélico (SISMAB).

3. INDICADORES INSTITUCIONAIS

A Unidade apresentou seis indicadores de gestão conforme abaixo:

Indicador	Objetivo
IDST - Indicador de Desempenho do Sistema de Transporte do COMAER	O Indicador de Desempenho do Sistema de Transporte do COMAER (IDST) tem por objetivo avaliar o desempenho do Sistema de Transporte de Superfície (SISTRAN) no que concerne a sua capacidade de apoio logístico aos Elos subordinados, em relação à renovação da frota de viaturas, a efetiva aquisição de viaturas e a aquisição de combustíveis automotivos.
IDLO - Indicador Disponibilidade Logística e Operacional	O Indicador de Disponibilidade Logística e Operacional do Sistema de Material Aeronáutico (SISMA) permite acompanhar a disponibilidade das aeronaves distribuídas nos operadores e identificar o motivo da indisponibilidade, que podem ocorrer por falta insumos (Causas Logísticas) ou pelas atividades de manutenção (Causas Operacionais), além de medir a eficácia no alcance do atendimento da meta estabelecida na PCA 11-1/2014.
IDSCTI - Índice de Disponibilidade de Sistemas Corporativos de TI	O IDSCTI tem a finalidade de identificar disponibilidade dos Sistemas Corporativos de TI, permitindo que a Administração realize ações corretivas, quando necessário, visando ao atingimento dos objetivos e metas estabelecidos pelo COMGAP
IDS - Índice de Disponibilidade de Simuladores	O objetivo do índice é medir a capacidade de manutenção da capacidade operacional dos simuladores das aeronaves do COMAER, realizada por meio de contratação de serviço de CLS, conforme estabelecido em orientação específica do COMGAP, conforme item 1.5.12, do Anexo C, do PCA 11-1 – Plano Setorial do COMGAP para o período 2014-2015, de 28 ABR 2014.
IDSC - Indicador de Desempenho do Sistema de Contraintendência do COMAER (SISCON)	O indicador de desempenho do Sistema de Contraintendência (SISCON) avalia o percentual de aeródromos militares que se mantiveram na categoria prevista, o que proporciona o pouso e a decolagem de aeronaves, com o suporte de segurança e salvamento de contraintendência.

Indicador	Objetivo
IDSE - Indicador de Desempenho do Sistema de Engenharia do COMAER	O objetivo do indicador é o de avaliar o desempenho do Sistema de Engenharia do COMAER, cujo elo central é a DIRENG, a partir do mix de três indicadores de desempenho de projetos, avaliação técnica especializada e avaliação de pavimentos. A origem dos dados são provenientes dos indicadores de processos do SISENG realizados na DIRENG, com base no percentual de projetos de arquitetura e engenharia concluídos e entregues (PPC), no percentual de solicitações atendidas de avaliação técnico-especializada de arquitetura e engenharia (PSA) e no percentual de aeródromos de interesse do COMAER, cujos pavimentos foram avaliados (PAA).

Avaliação dos indicadores instituídos pela UJ para aferir o desempenho de sua gestão:

Com base na análise dos indicadores apresentados pela UJ no Relatório de Gestão, observou-se que os indicadores atendem às principais propriedades requeridas para fins de homologação, ou seja, validade, comparabilidade, auditabilidade, acessibilidade, economicidade e sensibilidade, uma vez que possuem capacidade de expressar resultados e de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a UJ pretende medir, ou seja, as variáveis das fórmulas apresentadas, representam os componentes dos sistemas monitorados (transporte, contraincêndio, engenharia, etc), os quais estão diretamente relacionados aos objetivos setoriais e macroprocessos finalísticos da UJ, de forma que os resultados obtidos com a utilização das fórmulas dos indicadores apresentados refletem os objetivos dos indicadores.

Além disso, apesar de os indicadores não possuírem dados históricos, em virtude do processo de estabelecimento e aperfeiçoamento dos mesmos pela UJ, os indicadores ora apresentados possuem a capacidade de proporcionar medição do desempenho ao longo do tempo em relação às metas estabelecidas, por intermédio de gráficos, séries históricas, bem como de atestar o alcance de objetivos e embasar a análise crítica dos resultados e do processo de tomada decisão.

Cabe ressaltar que, tendo em vista que a maioria dos dados utilizados nos indicadores da UJ são informações extraídas do Sistema SILOMS e de outros sistemas corporativos gerenciados pelo Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), constatou-se que os indicadores possuem confiabilidade das fontes dos dados utilizados para o cálculo, facilidade de obtenção dos dados, e razoabilidade dos custos de obtenção do indicador em relação aos benefícios para a melhoria da gestão da Unidade.

4. GESTÃO DE PESSOAS

Com relação à adequabilidade da força de trabalho da Unidade, frente às suas atribuições, considerou-se que a lotação da UJ, atinente ao efetivo de pessoal militar e civil, encontra-se adequada, conforme demonstrado no Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ, com exceção do quadro de oficiais engenheiros que apresenta alto índice no indicador de rotatividade. Esta situação gera uma perda de continuidade dos processos, uma vez que esse pessoal é treinado e não permanece por muito tempo, em virtude de melhores ofertas de emprego no mercado de trabalho, não oferecendo, na maioria das vezes, retorno à Administração.

Com relação à adequação da competência requerida para os cargos e o efetivo existente, encontra-se em fase de implantação, na UJ, o mapeamento de competência necessária a cada posto de trabalho nas Unidades Jurisdicionadas, via sistema informatizado.

No que tange à qualificação e à capacitação da Força de Trabalho, considerou-se que

a UJ tem efetuado as gestões necessárias para a capacitação dos militares e civis que atuam no cumprimento das atividades e tarefas do COMGAP, uma vez que a UJ proporcionou cursos para a capacitação do pessoal do seu efetivo, por intermédio do programa de capacitação Cursos e Estágios da área de COMGAP - TCA 37-11, com 157 cursos e estágios, nas seguintes áreas: TI, Manutenção, Material Bélico, Contra Incêndio e Engenharia, com a capacitação de 2.947 pessoas, sendo 1.100 no modo de ensino a distância (EAD). Cabe ressaltar que, anualmente, a TCA 37-11 é reeditada para atender as necessidades de capacitação pós-formação.

Com relação à qualidade do controle da UJ para identificar e tratar as acumulações ilegais de cargos, constatou-se que os mesmos são insuficientes, uma vez que estão limitados ao ambiente interno do Comando da Aeronáutica, com base nas orientações do Comando-Geral do Pessoal.

5. TRANSFERÊNCIAS

Não houve no período transferências concedidas mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

6. GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A UJ COMGAP apresenta suas contas individualmente, DN TCU 134, de 2013, na sua estrutura organizacional possui quatro Unidades Gestoras com status de executora no País, GAL, CELOG, PAMA SP e PAMA LS, e duas no Exterior, CABW e CABE.

Ressalta-se, no âmbito das Organizações subordinadas da estrutura do COMGAP, situadas na cidade do Rio de Janeiro, DIRMAB, DIRENG, DTI, PAMA-GL, PAMA-AF, CTLA, PAMB-RJ e CCA-RJ, as aquisições e contratações de serviços passaram, a partir de 2013, a serem realizadas pelo Grupamento de Apoio Logístico – GAL, Organização Militar componente da estrutura da UJ COMGAP.

Conforme DN TCU nº 134, de 2013, a UJ passou a incluir em seu Relatório de Gestão os dados relativos às suas Organizações no Exterior, CABW e CABE; Organizações estas, que apresentavam suas contas, na forma individual, agregadas ao Relatório do COMGAP. Assim, constata-se diferença expressiva entre os valores apresentados no RG de 2013 para o de 2014, que incluiu os valores executados nas referidas Comissões Aeronáuticas.

As aquisições logísticas realizadas pelo COMGAP, tanto nas suas Organizações no país e no exterior, são de elevada complexidade devido aos materiais, serviços aeronáuticos e bélicos agregarem alta tecnologia e, quando em obsolescência, são escassos no mercado, com entraves no processo de obtenção de licenças de exportação pelos fornecedores e, até mesmo, a dificuldade de produção ou reparo de insumos pelos fabricantes originais e, ainda, longos prazos de execução contratual.

O montante das aquisições da UJ soma R\$ 713.666.786,97, representando R\$ 1.364.479,55, na modalidade Tomada de Preços, R\$ 138.558.021,13, na modalidade Concorrência e R\$ 475.010.910,21, na modalidade Pregão, e R\$ 98.733.376,08, na modalidade Convite, utilizado exclusivamente nas Comissões, no exterior.

O montante das contratações diretas da UJ totaliza R\$ 735.192.768,49, representando R\$ 368.399.092,47 de Dispensa de Licitação e R\$ 366.793.676,02 de

Inexigibilidade.

A concentração de contratações realizadas, via dispensa e inexigibilidade, pela UJ é devida às peculiaridades e especificidades dos materiais e serviços adquiridos, principalmente no que tange a material aeronáutico e bélico, cujo apoio é a missão precípua do COMGAP.

Avaliou-se que os processos de licitação da UJ seguem os preceitos da Lei nº 8.666, de 1993 e da legislação complementar, são submetidos ao controle interno da UJ e a assessoria da Consultoria Jurídica União da AGU.

Cabe ressaltar que após a criação do Grupamento de Apoio Logístico (GAL), procurou-se a centralização dos contratos de serviço comuns às diversas OM subordinadas e à própria UJ, com vistas a economia de recursos orçamentários, financeiros e humanos.

Considerações quanto à utilização de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras:

Com base nas análises das informações apresentadas no Relatório de Gestão e nas diretrizes e normas constantes na página institucional da UJ, na rede intranet, constatou-se que o COMGAP tem adotado as medidas necessárias para atender os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição e na contratação de bens e serviços, o que pode ser comprovado pelas informações quanto às principais ações da UJ, as quais seguem relacionadas abaixo:

a) Curso para Fiscais de Obra com a introdução do canteiro de obras sustentáveis e o gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (RCC);

b) Participação dos servidores em fórum e congressos de sustentabilidade e meio ambiente;

c) Instrução no Curso de formação de estagiários de adaptação de oficiais-engenheiros da aeronáutica, contendo palestras de engenharia de meio ambiente, no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR);

d) Instrução no Curso de projetos de aeródromos (CPROA), com a introdução de práticas sustentáveis nos projetos das seções contraincêndio (SECINC);

e) Realização do 1º Seminário Ambiental do Comando da Aeronáutica no período de 22 a 26 de setembro de 2014, com a participação do: Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, DECEA/CTCEA/CISCEA, PAME-RJ, Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (COMLURB), Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), FURNAS Centrais Elétricas S/A, CBPAK Tecnologia S/A, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE). O Seminário teve como objetivo despertar no público interno do Comando da Aeronáutica uma nova cultura institucional, provocando mudanças de hábitos.

7. PASSIVOS SEM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Verificou-se a ausência de passivos assumidos pela UJ sem prévia previsão orçamentária de créditos.

8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Avaliação Objetiva do OCI:

Com base nas informações constantes do Relatório de Gestão, considerou-se adequada a gestão de TI da UJ. O COMGAP, por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), é o Órgão Central do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER, nos macroprocessos do COMGAP, a DTI responsabiliza-se pelo apoio logístico de sistemas corporativos de tecnologia da informação (STI) e pelo Apoio Logístico de Tecnologia da Informação.

O COMGAP, por intermédio da Diretoria da Tecnologia da Informação (DTI), realizou apoio técnico de TI a operações militares, como ÁGATA 8 e Intendência Operacional, proporcionando infraestrutura de TI e apoio de conectividade a todos os sistemas necessários para a atuação da FAB. O apoio de TI ocorreu desde a montagem da infraestrutura até o fim de cada operação. Além disso, proveu-se suporte à Copa do Mundo de Futebol, realizada no Brasil, com destaque especial para o apoio de defesa cibernética constante na sede de Curitiba, e quando demandado pelo MD, nas demais sedes.

No exercício de 2014, face as restrições do orçamento, tornou-se inviável a inicialização, implementação, desenvolvimento e manutenção evolutiva de todos os projetos de TI, atribuídos à Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica, como inicialmente previsto, fato que ocasionou em um replanejamento da execução dos recursos disponibilizados, atendo apenas, por critérios prioritários com base nos compromissos contratuais e no nível de desenvolvimento dos sistemas, os projetos de maior importância para o Comando da Aeronáutica.

9. PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

O COMGAP, meio da Diretoria de Engenharia (DIRENG), é o Órgão Central do Sistema de Patrimônio Imóvel e do Sistema de Transporte de Superfície do COMAER, nos macroprocessos do COMGAP, a DIRENG responsabiliza-se pela Administração Patrimonial de Bens Imóveis da União sob jurisdição do COMAER, e pelo Apoio Logístico de Transportes de Superfície.

O Sistema de Patrimônio (SISPAT) tem a finalidade de normatizar, coordenar e controlar as atividades do patrimônio imobiliário sob a responsabilidade da Comando da Aeronáutica, e a norma mais importante é a NSCA 87-1 (Norma do Sistema de Patrimônio). Os principais elos sistêmicos são os Serviços Regionais de Patrimônio dos Comandos Aéreos Regionais e as Seções de Patrimônio das Unidades Gestoras Executoras do COMAER.

Quanto ao patrimônio imóvel a UJ, cumpre destacar que os dados constantes no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Aeronáutica – SIGPIMA estão em perfeita consonância com as informações lançadas no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet. Entretanto, os dados do SIGPIMA são mais específicos e detalhados para permitir o efetivo controle dos bens da União que foram jurisdicionados ao COMAER.

Quanto a gestão e controles internos do patrimônio imóvel são realizados nos setores de patrimônio imóvel e de serviços gerais Organizações pertencentes da sua estrutura UJ, no que diz respeito aos registros contábeis e a sua manutenção, respectivamente.

Dessa forma, possuem responsabilidade patrimonial pelos terrenos as Unidades Gestoras do COMAER que estão registradas no SPIUnet como responsáveis pelo imóvel, caracterizado pelo seu Registro Imobiliário Patrimonial (número RIP). As demais Unidades

Gestoras, que ocupam benfeitorias construídas no respectivo terreno, possuem responsabilidade administrativa por determinada fração do mesmo, caracterizada pelo Registro Imobiliário Patrimonial de Utilização (número RIP de utilização). Face ao exposto, ocorre que, em determinadas situações, organizações subordinadas à UJ estão localizadas em terrenos que são de responsabilidade patrimonial de outras UJ.

Dentro dessa abordagem, verifica-se que a UJ e suas OM subordinadas possuem responsabilidade patrimonial por sete imóveis no Brasil e dez no exterior e apenas a responsabilidade administrativa em dezesseis locais no Brasil e dez no exterior.

Quanto à manutenção patrimonial dos bens imóveis das Unidades pertencentes à estrutura do COMGAP, os recursos destinados para essa atividade somaram um montante de R\$ 5.421.287,17, contudo o valor final disponibilizado no Plano de Ação foi aquém da proposta do Plano de Obras para o ano de 2014, assim alguns serviços de manutenção e reforma tiveram que ser estabelecidas novas prioridades.

10. CONTROLES INTERNOS

Em face dos exames realizados e dos esclarecimentos prestados, consideramos muito bom o ambiente de controle do COMGAP, tendo em vista que diversas áreas e setores das Organizações da estrutura da UJ possuem Normas Padrão de Ação (NPA) sobre procedimentos e rotinas de trabalho, baseadas em Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA), as quais normatizam e norteiam os diversos controles internos da UJ.

Vale ressaltar que, além das normas e instruções que norteiam o controle interno da Organização, emitidos pelos Órgãos Superiores, há procedimentos internos na UG que acompanham as ações e os atos administrativos dos gestores, no intuito de verificar a conformidade e aprimorar a gestão.

O Comandante-Geral de Apoio fixou os seguintes aspectos, que organizam, sistematizam e impactam o ambiente dos controles Internos da UJ:

- Aplicação de sistemas de Tecnologia da Informação, buscando-se substituir o homem por instrumentos computacionais, visando, não só reduzir a quantidade de recursos humanos, como também sistematizar e agilizar os processos no âmbito do COMGAP. Esses sistemas devem funcionar como ferramentas de planejamento, controle e execução, inclusive na implementação de sistemas de Segurança Eletrônica.
- Observação do controle contínuo dos gastos dos setores do COMGAP, buscando-se ser criterioso na aplicação dos recursos da Administração, com critérios e justificativas plausíveis.
- Discussão e análise das situações sistêmicas oriundas do COMGAP. Após a tomada de decisão, caberá às organizações subordinadas perseverar na implementação de tais tarefas na íntegra, considerando uma gerência pautada na honestidade de propósitos, lealdade e disciplina intelectual, devendo ser defendidas como as ideias da Organização.
- Implementação de uma política de capacitação dos Recursos Humanos, visando adequá-la às reais necessidades da Organização.
- Fomento à troca de informações entre as Organizações homólogas, visando a melhorar os processos administrativos.

- Execução do Plano Estratégico do COMGAP, com toda a documentação decorrente, até o nível de Indicadores de Gestão, de maneira a propiciar um Relatório de Gestão adequado às normas do Governo Federal.

- Estudo e implementação dos Sistemas de Comando e Controle (C2) e de Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) que acelerem as informações estratégicas para a tomada de decisão do COMGAP.

- Implantação e customização, para todas as OM do COMGAP, da ferramenta Módulo de Trabalho Anual (MTA).

- Cumprimento da ICA 175-4, de 2012 (Trâmite de Processo Administrativo de Gestão no Âmbito do COMGAP), que trata do trâmite de processos administrativos de gestão no âmbito do COMGAP.

Quanto à avaliação de risco denota-se que não é realizado um controle ou monitoramento sistemático e metodológico de avaliação e acompanhamento de riscos, existe apenas um acompanhamento funcional. A avaliação realizada pela Unidade carece de instrumentos que possam comprovar, identificar, diagnosticar e tratar cada tipo de risco, o que daria à UJ maior segurança na condução do seu negócio, de forma a alcançar os seus objetivos.

A informação e a comunicação interna e externa são consideradas suficientes e atendem os diversos níveis das Organizações, visto que no âmbito do COMAER são utilizados diversos tipos de canais. Como por exemplo: Publicações em Boletim Interno Ostensivo, Boletim Interno do Comando da Aeronáutica (BCA), mensagens SIAFI, fax, telefone, mensagens diretas, correio eletrônico, Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (SIGADAER) para orientações (documentos formais), e informações disponibilizadas ao público interno do Comando da Aeronáutica pela INTRAER (intranet).

Por ocasião da participação do efetivo na reunião da administração é dada a oportunidade de opinar sobre procedimentos e instruções.

O controle e o monitoramento contínuo, no âmbito da UJ, é realizado por meio do Estado-Maior do COMGAP, o qual exerce controles nas Organizações subordinadas, responsáveis pela condução dos diversos macroprocessos finalísticos da UJ, por intermédio da ferramenta Módulo de Trabalho Anual (MTA), pelos controles internos dos próprios setores, pelos setores de controle interno das unidades subordinadas da estrutura da UJ, e por meio de Visita de Assistência Técnica (VAT) às Organizações da estrutura

11. DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS

Considerou-se para a avaliação da confiabilidade e efetividade dos controles internos, relacionados à elaboração das demonstrações contábeis e de relatórios financeiros, as seguintes questões: Qual a unidade responsável pela elaboração das demonstrações contábeis e relatórios financeiros? Qual a previsão normativa desta atividade? O perfil dos recursos humanos envolvidos? A Estrutura para a execução das atividades contábeis e financeiras são adequadas?

A atribuição prevista na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme Art. 85, é executada pela Subsecretaria de Contabilidade – SUCONT, da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), que é o órgão central de contabilidade no âmbito do COMAER.

A SEFA integra o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo Federal,

cujo órgão central é a Secretaria do Tesouro Nacional.

Conforme Regimento Interno da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (RICA 20-2), reeditado e aprovado pela Portaria SEFA nº 22/ANAJ, de 4 de maio de 2015, está a cargo da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis (SUCONT 2.2) da Subsecretaria de Contabilidade, na pessoa do Contador credenciado no CRC, analisar e avaliar as Demonstrações Contábeis das UGE, do Fundo Aeronáutico (FAer) e do COMAER, como um todo, com vistas à elaboração das declarações e notas explicativas que se fizerem necessárias.

Cabe, ainda, à Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis o registro, no SIAFI, das Conformidades Contábeis relativas às UG Executoras, ao FAer e ao COMAER, interagir com os elos do Sistema de Contabilidade Federal no trato dos assuntos de sua competência e preparar as informações de custos e as relativas à execução contábil, quando solicitadas, para compor a documentação do COMAER, a ser inserida na prestação de contas do Presidente da República e encaminhada ao MD.

De forma a manter a correção dos registros contábeis sintéticos, conforme preconiza o Art. 95 da Lei nº 4.320, de 1964, com base nos registros analíticos efetuados pelas diversas Unidades Gestoras do COMAER, a SEFA sempre que necessário, por intermédio do Instituto de Economia e Finanças – IEFA, que tem por finalidade desenvolver capacidades relacionadas com o ensino e a pesquisa nas áreas de economia, finanças, gestão orçamentária e financeira, patrimonial e de contabilidade do interesse do Comando da Aeronáutica, capacita os gestores com objetivo de padronizar procedimentos.

A SUCONT conta também com o apoio das auditorias realizadas nas Unidades do Comando, no que se refere à avaliação da legalidade e legitimidade dos registros efetuados pelas UG nos sistemas contábil, financeiro, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais, de acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 06 de abril de 2001.

De forma, que a equipe de auditoria considera que os controles internos relativos à elaboração das demonstrações contábeis e aos relatórios financeiros das UG do COMAER são confiáveis e efetivos.

12. DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS

A Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas do Tribunal de Contas da União (Selog) formulou representação perante aquela Corte, fundamentada no entendimento de possível irregularidade em diversos contratos no âmbito da Administração Pública Federal, motivada pela falta de revisão dos preços praticados pelas empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, tendo aquela Corte de Contas proferido o Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário (TC nº 013.515/2013-6).

O citado Acórdão expôs a necessidade de revisão dos referidos contratos, especialmente os de prestação de serviços, em razão da redução dos custos obtida por fornecedores como resultado da desoneração da folha de pagamento.

No Comando da Aeronáutica, a Subsecretaria de Contratos e Convênios (SUCONV) da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), por intermédio do Ofício Circular nº 1/SUCONV/537, de 7 de fevereiro de 2014, solicitou informações aos Órgãos de Direção Setorial sobre a citada desoneração nos contratos celebrados por suas Organizações Subordinadas, com as informações solicitadas pelo TCU, ou seja, a demonstração das medidas adotadas para a revisão dos contratos, a obtenção administrativa do ressarcimento dos valores

pagos a maior e o detalhamento sobre os contratos revisados, com destaque para a economia obtida em cada contrato, em razão da mudança da base de cálculo para as contribuições previdenciárias devidas pelas empresas, como resultado da desoneração da folha de pagamento concedida para alguns setores da economia (Arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 2011).

Em 02/10/2014, representantes das entidades beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento ingressaram com pedido de reexame, junto ao Tribunal de Contas da União, dos efeitos dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, resultando na suspensão daquela determinação, a contar de 18/11/2014, com fulcro no disposto no art. 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 30/11/2011, até a ulterior deliberação da colenda Corte de Contas.

Considerando a complexidade do assunto e que o TCU ainda não proferiu o entendimento final do referido processo, após análise do recurso impetrado; e, por fim, com intuito de que as Unidades Gestoras do COMAER estejam aptas a cumprir os dispositivos legais, o Centro de Controle Interno da Aeronáutica solicitou à SEFA, por meio da Assessoria de Normas e Assuntos Jurídicos (ANAJ), a possibilidade de emitir normativo a respeito do assunto, especialmente pelo vulto das obras e serviços de engenharia, com observância tanto da legislação vigente, quanto das orientações normativas expedidas pela Receita Federal do Brasil (RFB), em especial a IN RFB nº 1.436, de 30 de dezembro de 2013, e suas atualizações, quando da decisão final do TCU.

13. ACESSIBILIDADE

O COMGAP, por meio da Diretoria de Engenharia (DIRENG), é o Órgão Central do Sistema de Engenharia de Infraestrutura Aeroportuária, de Engenharia de Edificações, do COMAER, neste sentido, carece de editar normas para aplicação da política de acessibilidade do Comando da Aeronáutica, e de exercer o acompanhamento e controle das medidas preconizadas na Lei nº 10.098, de 2000, no Decreto nº 5.296, de 2004 e nas normas técnicas da ABNT aplicáveis, na UJ, como também no âmbito do COMAER, com a prerrogativa de ser o órgão central do sistema de Engenharia.

14. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto acima, com base nas demais avaliações constantes deste relatório, entendemos que o COMGAP, como ODS do COMAER, tem buscado a melhoria contínua dos seus indicadores de desempenho, bem como de seus processos de gestão estratégica, controle e de governança.

IV - RECOMENDAÇÕES

Considerando-se as análises realizadas, a Equipe de Auditoria recomenda que sejam implementadas as medidas abaixo identificadas; que o Dirigente Máximo da UJ determine que as providências para o atendimento às recomendações sejam encaminhadas ao Centro de Controle Interno, em prazo a ser estipulado; e que seja determinado fazer constar no próximo RG, no campo próprio, as ações implementadas ou efetivadas para as devidas implementações:

1. Rever os seus macroprocessos finalísticos que devem corresponder às grandes funções da UJ, bem como estarem diretamente relacionados a missão e à finalidade para qual foi criada;

2. Revisar os objetivos setoriais da UJ, com vistas a reduzir a quantidade de objetivos de cunho estratégico existentes, uma vez que alguns dos atuais objetivos setoriais do COMGAP podem ser considerados parcela ou tarefa de outros objetivos setoriais mais abrangentes.
3. Informar na descrição dos indicadores, a qual objetivo setorial do COMGAP e ou macroprocesso finalístico o indicador está vinculado;
4. Estabelecer e comunicar a metodologia definida para coleta dos dados, bem como definir responsáveis para apuração e acompanhamento do indicador;
5. Estabelecer indicadores desempenho de efetividade com vistas a mensurar os efeitos ou impactos produzidos pelo alcance dos resultados e pela execução das ações orçamentárias, devendo focar, principalmente, no aumento de capacidades logísticas de defesa desenvolvidas para apoiar o preparo e o emprego da Força Aérea Brasileira, como por exemplo: capacidade de transporte de carga pelo modal aéreo, capacidade de transporte de carga pelo modal terrestre, capacidade de transporte de tropa, capacidade operacional dos aeródromos militares, etc;
6. Informar, com referência à programação orçamentária e financeira, o processo utilizado para a fixação das metas físicas e financeiras para as ações constantes da LOA, bem como, também, sobre outros resultados gerados pela gestão, contextualizando tais resultados em relação aos objetivos setoriais do COMGAP;
7. Descrever os principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade jurisdicionada e as providências adotadas para mitigá-los, podendo abordar às condições de trabalho no ambiente operacional (Parques da Material, Grupamento de Apoio Logístico, etc), em termos de quantidade e qualificação de pessoal, motivação do pessoal envolvido na atividade fim, rotina, volume de trabalho e fluxo de carreira;
8. Apresentar indicadores e análises gerenciais sobre a gestão de pessoas no âmbito da UJ, em especial, mas sem prejuízo de outros indicadores que a UJ utilize para gestão de RH, interessam aqueles que tratem dos seguintes temas:
 - Absenteísmo;
 - Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;
 - Rotatividade (turnover);
 - Educação Continuada;
 - Disciplina;
 - Aposentadoria versus reposição do quadro.
9. Detalhar o objeto e a justificativa da necessidade de contratação, bem como apresentar análise crítica do Quadro A - 6.2.2 - Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão;
10. Formalizar um documento que estabeleça no âmbito da UJ, como também na sua ação como Órgão Central dos Sistemas de Logística do COMAER, diretrizes gerais com critérios, práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela Organização do COMAER, com a finalidade de

orientar a aplicação do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012;

11. Aprofundar as análises críticas situacionais das ações orçamentárias, da realização das despesas orçamentárias e sobre a gestão dos Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores, considerando, principalmente, as metas físicas constantes do SIOP, de modo a evidenciar a eficácia dos gastos;
12. Submeter o Relatório de Gestão a uma criteriosa revisão no sentido de evitar pequenas imperfeições, tais como a falta de aderência ao anexo da DN-TCU, que trata da estrutura do relatório, no que diz respeito aos seguintes tópicos: requisitos eletrônicos, capa, folha de rosto, sumário, lista de tabelas, apresentação gráfica, numeração, do relatório e outros preceitos que poderão melhorar a apresentação do referido relatório, levando-se em consideração os aspectos de clareza, concisão, completude, exatidão e objetividade das informações prestadas;
13. Considerar a questão da acessibilidade no escopo de suas ações, no âmbito do Sistema de Engenharia, com o fito de orientar às Organizações da Aeronáutica, a respeito de procedimento para realização de obras e instalações com o objetivo de dotar os ambientes de plena acessibilidade.

V - CONCLUSÃO

Em face do exame realizado, conclui-se pela REGULARIDADE da gestão dos responsáveis pela Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2014.

Brasília, 23 de setembro de 2015.



FRANCISCO CARLOS SIQUEIRA MOURA – Cel Int R/1



MAURO SANTOS DA SILVA – Cap Int



MARIA ELISANGELA LIMA DA SILVA - 2º Ten QOCON CCO